

Economia

A500266

Instituto Jones dos Santos Neves
Biblioteca

VISTA AÉREA DAS OBRAS DE AMPLIAÇÃO do aeroporto de Vitória: rescisão entre consórcio responsável pelas obras e a Infraero foi feita em maio

TCU bloqueia recursos para obras do aeroporto em 2010

Tribunal recomendou ainda a manutenção da paralisação das obras enquanto a Infraero não apresentar um novo projeto executivo

Ney Santana

As obras de melhoria e ampliação do aeroporto de Vitória, orçadas em pouco mais de R\$ 370 milhões, podem ter os recursos do governo federal previstos para 2010 bloqueados.

O Tribunal de Contas da União (TCU) recomendou ontem o bloqueio, baseado no Fiscobras 2009, um relatório que aponta irregularidades em 41 obras federais.

Além do aeroporto de Vitória – uma das 13 obras do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) que fazem parte do relatório –, outros cinco empreendimentos tocados pela União no Estado também entraram no Fiscobras 2009.

São quatro trechos de rodovias – nas BRs 342, 262, 393 e 101 – e a construção do terminal de granéis líquidos, obra da Petrobras no porto de Barra do Riacho (Aracruz).

Para o secretário do TCU no Espírito Santo, Hamilton Caputo Silva, o relatório do Tribunal não impede que o cronograma de obras planejado pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) seja executado.

“O TCU não impõe qualquer obstáculo às obras, desde que a Infraero apresente um novo projeto executivo e realize um novo processo licitatório”, frisou.

O secretário explicou ainda que a recomendação visa evitar que conste na previsão orçamentária de 2010 qualquer valor para pagamento ao consórcio que, no final de maio, fez uma rescisão amigável com a Infraero do contrato para a realização das obras.

O senador Renato Casagrande, que tem acompanhado o desenrolar das obras do aeroporto, acredita que o relatório do TCU tem “efeito nulo”. “As obras estão paradas, o distrato entre Infraero e as empresas já foi feito e a uma nova licitação está em curso. A recomendação valeria, caso o distrato não tivesse acontecido.”

O relatório do TCU, aprovado pelos ministros por unanimidade, segue para a Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, que vai decidir o que fazer. Como trata-se de uma recomendação do Tribunal, o relatório pode ser aceito parcialmente. Normalmente, ele é acatado pela comissão.

“O TCU não impõe obstáculo às obras, desde que a Infraero faça um novo projeto e a licitação”

Hamilton Caputo, secretário do TCU-ES

OBRAS FEDERAIS QUE ENTRARAM NO FISCOBRAS

Paralisação para rodovias e porto

- > **CONSTRUÇÃO DE** trechos rodoviários na BR-393, no trecho entre os municípios de Bom Jesus do Norte e Cachoeiro de Itapemirim.
- > **OBRAS EM** trechos rodoviários no Corredor Leste/BR-342 até o entroncamento com a BR-101, dos municípios de Ecoporanga e Vila Pavão até a divisa com o estado de Minas Gerais.
- > **ADEQUAÇÃO DE** acessos rodoviários do Corredor Leste/BR-262, nos acessos a Vitória por Cariacica, no trecho entre os quilômetros 10 e 19,1.
- > **RESTAURAÇÃO DE** rodovias federais (notadamente a BR-101, entre o km 0 e o 149).
- > **MELHORIAS** no aeroporto de Vitória. O TCU recomenda a paralisação das obras devido à execução e ao pagamento de serviços não previstos no contrato.
- > **CONSTRUÇÃO** de terminal de granéis líquidos no Porto de Barra do Riacho, em Aracruz. O TCU identificou uma possível gestão temerária do empreendimento.

Fonte: Tribunal de Contas da União (TCU).

Irregularidades em obras

No relatório sobre a fiscalização de obras federais, o TCU também recomendou a paralisação de mais cinco empreendimentos no Estado: quatro tocados em rodovias e o quinto no terminal de granéis líquidos que a Petrobras está construindo em Aracruz.

Entre as irregularidades – algumas classificadas como “graves” pelo ministro-relator do processo, Aroldo Cedraz – estão sobrepreço (taxa por transação ilegal em licitações), superfaturamento, licitação irregular, falta de projeto executivo e problemas ambientais.

Com relação às rodovias, o engenheiro-chefe do DNIT no Estado,

Élio Bahia, explicou que são obras antigas. “Todas são anteriores a 2002. Dois trechos, inclusive, já estão com mais de 90% das obras concluídas. Já o trecho da BR-393 e da BR-342 terão, ainda em 2010, novo projeto executivo, no qual as irregularidades serão sanadas.”

A Petrobras, por sua vez, negou que haja irregularidade em suas obras. Por meio de nota, a empresa disse que o que se verifica, nos casos apontados pelo Tribunal, são “formulações e interpretações divergentes daquelas adotadas pela companhia”.

A Infraero preferiu não comentar sobre o assunto.